



**Universidade Federal do Recôncavo da
Bahia**

Centro de Artes, Humanidades e Letras

Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

JEFFERSON CARLOS DE JESUS SANTOS JUNIOR

**O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO EM UMA ESCOLA
MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA**

Cachoeira

2014

JEFFERSON CARLOS DE JESUS SANTOS JUNIOR

O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Maria Inês Caetano Ferreira. Doutorado em Sociologia.

Cachoeira
2014

JEFFERSON CARLOS DE JESUS SANTOS JUNIOR

**O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL
DE FEIRA DE SANTANA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 27 de março de 2014.

Maria Inês Caetano Ferreira – Orientadora
Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Rodrigo Rosa da Silva
Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Albany Mendonça Silva
Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, UFS, Brasil.
Coloque aqui o nome da instituição de vínculo da pessoa

SANTOS, Jefferson Carlos de Jesus. O Programa Mais Educação em uma Escola Municipal de Feira de Santana. 49 pag. 2014. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2014.

RESUMO

O presente trabalho analisa as ações do Programa Mais Educação em uma escola Municipal de Feira de Santana. O Programa tem o objetivo de fomentar a educação em tempo integral para melhoria da qualidade da educação das crianças, adolescentes e jovens, tendo por base a oferta de atividades diversificadas no contra turno escolar, desenvolvidas tanto no interior escola, quanto em outros espaços educativos. Assim, a pesquisa faz uma análise entre os objetivos e finalidades do programa, como: o apoio à ampliação do tempo e do espaço educativo e a extensão do ambiente escolar nas redes públicas de educação básica; a promoção da aproximação entre a escola, famílias e comunidades, mediante atividades que visem à responsabilização e a interação com o processo educacional; e a melhoria de condições para o rendimento e o aproveitamento escolar mediante a implementação de ações pedagógicas. O estudo de uma política pública educacional nessa escola se justifica em razão da escola possuir baixos índices de aprendizagem registrados pelo Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Assim, conclui-se que os impactos desse programa em escolas como a pesquisada tem um caráter relevante, pois através dos relatos obtidos em entrevistas com os atores participantes do Programa Mais Educação na escola municipal de Feira de Santana pode-se identificar variáveis tais como a fragilidade estrutural das escolas para receber o programa e a relação conflituosa dos atores participantes do PME.

Palavras-chave: Programa Mais Educação. Política Pública Educacional. Qualidade da Educação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
CAPITULO I	
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	
1.1 Breve histórico sobre educação	08
1.2 Qualidade da educação	11
1.3 Dimensão legal	13
1.4 Avaliação da qualidade do ensino básico	15
1.5 Plano de desenvolvimento da educação	16
1.5.1 Programa Mais Educação	17
1.6 Resultados da Prova Brasil na Escola Municipal de Feira de Santana	19
CAPITULO II	
2. METODOLOGIA	
2.1 Os sujeitos e instrumentos de pesquisa	21
2.2 Campo de pesquisa	22
2.2.1 Feira de Santana	22
2.2.2 Escola Municipal de Feira de Santana	23
2.2.3 Entrevistados: Gestor do Programa Mais Educação, monitores e mães	23
CAPITULO III	
3. ANÁLISE DOS RESULTADOS INVESTIGADOS	
3.1 Entrevista com as mães	25
3.2 Entrevista com monitores	30
3.3 Entrevista com gestora do programa Mais Educação na escola municipal de Feira de Santana	33

3.4 Análise de dados: problematização do PME na escola.....	36
3.4.1 Dificuldade de manter crianças na escola em tempo integral (fragilidade da estrutura física)	36
3.4.2 Falta de interesse de profissionais em relação à aprendizagem	38
3.4.3 Relação com as famílias	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS	43
ANEXOS.....	45

INTRODUÇÃO

O Programa Mais Educação surgiu com objetivo de fomentar a educação em tempo integral de crianças, adolescentes e jovens, tendo por base a oferta de atividades diversificadas no contra turno escolar, desenvolvidas tanto no interior escolar, quanto em outros espaços educativos.

As ações e articulações do programa vêm como um meio de contribuição para a melhoria da qualidade dos índices escolares. Desta forma, o trabalho tem como objetivo observar os problemas levantados pelos entrevistados, participantes do Programa Mais Educação em uma escola com as condicionalidades necessárias para implementação do PME.

A pesquisa foi realizada em uma Escola Municipal de Feira de Santana, cujo nome da escola e dos entrevistados não foram identificados para garantir o respeito à privacidade dos estudantes, professores e funcionários e, inclusive, porque o mais importante é a análise do contexto e das variáveis envolvidas no processo de educação que pode e deve ser semelhante ao das vinte escolas municipais de Feira de Santana, que participam do PME. Foram realizadas nove entrevistas entre mães, monitores do programa e uma gestora do programa na escola com base nas suas atuações no ano de 2013.

Esta monografia está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo apresenta-se a fundamentação teórica, com alguns temas de suma importância para o entendimento dessa pesquisa. A princípio é feita uma breve contextualização histórica da educação no Brasil, citando quais foram as bases para o desenvolvimento da educação no país. Logo após há uma contextualização do avanço na educação nas últimas décadas e com isso o surgimento da preocupação com a qualidade de ensino e educação ofertados pelas escolas públicas, abordando os conceitos legais exigentes dessa qualidade e os sistemas de avaliação que são utilizados para análise das ações de políticas educacionais, nesse sentido também é abordada a criação do Plano nacional de ensino no qual surge o Programa mais Educação.

No segundo capítulo é realizada uma caracterização do campo de pesquisa: município de Feira de Santana e da escola municipal de Feira de Santana, desvendando através de entrevistas com atores participantes do programa há realidade escolar dos alunos beneficiários do Programa Mais Educação.

O terceiro capítulo aborda a análise dos resultados investigados ressaltando a realidade da escola estudada, mostrando informações que permitem identificar o universo dos alunos beneficiários do programa e a relação entre os atores participantes do PME e por fim são apresentadas as considerações finais relacionadas ao estudo.

CAPITULO I

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 BREVE HISTÓRICOS SOBRE EDUCAÇÃO

Para se compreender de forma concreta e coerente o atual momento da educação no Brasil é necessária uma análise histórica da construção da educação no país. As nossas escolas até hoje carregam em suas metodologias de ensino características de caráter “elitista”, desse modo a educação não está direcionada para a grande diversidade que temos no país, ela é herdada das escolas do passado, nas quais predominava o caráter ilustrativo de educar, em que a educação assume apenas um caráter simbólico e não transformador e a informação transmitida é alheia ao meio real de seus alunos.

Esse modelo de instituição educacional é expresso muito bem por Romanelli (2012), que caracteriza o papel da escola no passado e que até hoje vem se repetindo:

A escola é utilizada muito mais para fazer comunicados do que para fazer comunicação e este papel é desempenhado tanto mais eficazmente quanto mais o que se pretende com a ação escolar é formar o espírito ilustrado, não espírito criador. Cedo ela se transforma numa instituição ritualista, onde o cumprimento de certas formalidades legais tem valor em si mesmo (Romanelli. 2012 p.23-24).

Por muito tempo a educação escolar foi usada como um instrumento para manter os status sociais. Isso porque era direcionada apenas a uma camada mínima da sociedade, enquanto que a grande maioria - as classes populares- era excluída do acesso à escola, através das formas de

seleção escolar e de informações que não tinham um caráter emancipatório para as camadas populares.

Romanelli (2012) aponta que estrutura educacional do passado ajudava a manter os privilégios das classes dominantes.

A necessidade de manter os desníveis sociais teve, desde então, na educação escolar, um instrumento de reforço das desigualdades. Nesse sentido, a função da escola foi a de ajudar a manter privilégios de classes, apresentando-se ela mesma como uma forma de privilégio, quando se utilizou de mecanismos de seleção escolar e de um conteúdo cultural que não foi capaz de propiciar às diversas camadas sociais sequer uma preparação eficaz para o trabalho. (Romanelli. 2012, p-24).

Com o crescimento urbano e a industrialização do país ao longo de décadas a demanda social e econômica por educação se tornou fator relevante para que fossem feitas mudanças profundas no ensino. Destaca-se a necessidade de uma população alfabetizada, capaz de atuar e servir como mão de obra no cenário econômico, o que pressionou transformações na escola. Tornou-se cada vez mais necessário um número maior de escolas e um ensino que correspondesse às novas necessidades dessa expansão econômica.

A grande indústria passa a impor a formação de um novo tipo de homem. A ela não interessa aquele intelectual contemplativo das elites ou mesmo o artífice já manipulado pela manufatura. A sua atenção volta-se agora para um novo tipo de intelectual, ligado direta ou indiretamente ao processo produtivo de base científica. (Neves. 1994, p-18).

O Brasil avançou muito lentamente na oferta e formação escolar da população em geral. Somente na década de 80, acelerou-se o processo educacional de forma mais aguda. Em seu estudo, Naercio Mendes-Filho (2007) revela que:

- Na geração nascida em 1910, mais de 90% atingiu no máximo o primeiro ciclo do ensino fundamental (antigo primário), enquanto cerca de 5% chegaram ao segundo ciclo (sem necessariamente completá-lo), 3% atingiram o ensino médio e apenas 2% chegou à faculdade.
- Os nascidos em 1940 tiveram uma leve aceleração na evolução educacional e que a quantidade de pessoas com ensino médio aumenta paulatinamente desde então.

- Há uma aceleração brusca das pessoas que atingem o ensino médio entre a geração nascida em 1970 e aquela nascida em 1982, que passa de 25% na primeira para cerca de 50% na última.

Isto significa que cerca de metade das pessoas das gerações mais recentes está alcançando o ensino médio no Brasil. (Mendes-Filho p.5)

A causa dos anos de estudo dos cidadãos brasileiros é determinado pelo o processo de universalização do acesso ao ensino público, favorecido pela Constituição Federal de 1988 e também pelas reformas administrativas ocorridas na década de 1990.

Campos (2000) destaca um paradoxo que concomitante à expansão da oferta de vagas nas redes públicas e, assim, a solução do acesso, um novo problema passou a ser colocado, a saber, a qualidade do ensino da rede. Os problemas da educação passaram cada vez mais a serem apresentados como problemas de qualidade – conteúdos curriculares, métodos de ensino e produção do conhecimento em novas áreas do saber. Os autores têm visões diferentes sobre os efeitos da expansão do acesso, opõem as questões de quantidade às questões de qualidade, alguns, argumentam que a expansão de matrículas levaria a perda de qualidade do ensino. Outros apontam que com a democratização do acesso à educação, a nova população, oriunda das classes mais populares, contribuiria em qualidade à escola, porque os sistemas educacionais deveriam se adequar ao novo tipo de clientela, o que traria novos elementos a uma escola aberta a todos.

No final da década de 80 e início de 90, a preocupação com a qualidade na área educacional ganha um novo contorno. Exige-se a organização de um sistema educacional unitário que possa preparar, desde o pré-escolar até os níveis mais elevados da hierarquia escolar, homens capazes de difundir e produzir o conhecimento científico e tecnológico necessário à nova relação social do trabalho. (Neves, 1994)

Em 2007, por exemplo, em texto que discute os fundamentos do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB¹, que é um indicador criado pelo governo federal em 2005 para

¹O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir num só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios.

medir a qualidade do ensino nas escolas públicas, Reynaldo Fernandes, presidente do INEP de 2005 a 2010, afirmava:

“No Brasil, a questão do acesso está praticamente resolvida, uma vez que quase a totalidade das crianças ingressa no sistema educacional. Nosso problema ainda reside nas altas taxas de repetência, na elevada proporção de adolescentes que abandonam a escola sem concluir a educação básica e na baixa proficiência obtida por nossos estudantes em exames padronizados.” [Fernandes (2007)].

Nesse sentido conclui-se que o país avançou na oferta de vagas na rede pública e os anos de escolaridade da população aumentaram. Porém a questão da qualidade do ensino se impõe como desafio para o governo e a sociedade.

1.2 QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Apontando para problemas relacionados à qualidade da educação, a relevância do tema e a necessidade de se definir o conceito, foi realizado em novembro de 1990, em Brasília o Encontro sobre Qualidade da Educação, promovido pelo MEC- Ministério da Educação com apoio da OREALC- Oficina Regional de Educação Para América Latina E Caribe, da UNESCO, no encontro os participantes procuraram responder a quatro questões: o que é qualidade de educação?; como medir a qualidade de educação?; como operacionalizar o conceito de qualidade da educação? E como integrar, conscientemente, a qualidade da educação nos planos e programas governamentais. Segundo Campos (2000) os textos apresentados nesse encontro são ilustrativos das preocupações que ganhariam cada vez maior destaque na formulação de políticas educacionais brasileiras no decorrer da década.

Entre os participantes desse encontro, Pedro Demo, tratou dos aspectos técnicos dos programas de qualidade e de sua aplicabilidade. Ele procura distinguir duas dimensões básicas do que seria qualidade de educação no âmbito da realidade social, sendo esses horizontes definidos como a qualidade formal e a qualidade política da educação.

Demo (idem) refere-se à qualidade formal como à competência de produzir e aplicar instrumentos, tecnologias, métodos e ciências; onde em seu artigo cita que:

Educação tem a ver com qualidade formal, à medida que se liga e expressa a questão do domínio tecnológico e, por consequência, ao desempenho nesta área instrumental. A modernidade insiste hoje com força já exclusivamente sobre esta face, o que leva a reconhecer a necessidade de progresso naquelas disciplinas que mais instrumentalizam o desenvolvimento na sociedade: matemática, ciências naturais, língua, informática etc. esta questão aparece na preocupação importante sobre “o que o aluno aprende na escola ou na universidade”, sobre “capacidade técnica profissional dos egressos”, sobre “produção de novas tecnologias”, sobre “capacidade de atualização constante de recursos humanos” e assim por diante. (Demo, 1990).

Demo (idem) caracteriza a qualidade política como a que se refere à competência de projetar e realizar conteúdos históricos (sociedade) pelo menos mais toleráveis (desejáveis) citando que:

Educação tem a ver com qualidade política, à medida que significa estratégia essencial de formação e emancipação das novas gerações, ou de sujeitos sociais capazes de definir por si, no contexto das circunstâncias dadas, seu destino histórico. E até certo ponto comum reconhecer-se que o conteúdo mais específico de educação seja de teor político, no sentido de que não é tão efetiva frente a problemas matérias, quanto frente a problemas de cidadania. Por exemplo, no espaço escolar pouco se pode fazer contra a pobreza material do aluno, nem se espera tal solução aí. Função básica é tratar da formação do cidadão, equalizando suas oportunidades, ou seja, confrontando-se com a pobreza política. (Demo, 1990).

Dessa maneira, ele propõe um quadro de referência que não exclui as questões de fundo relativas às finalidades da educação, mas abre espaço para a introdução de medidas quantitativas de avaliação da qualidade de ensino e de fixação de padrões mínimos de qualidade para os sistemas educacionais.

Sendo assim, com base nos conceitos de qualidade apresentados por Demo (1990), fica nítido que o que se deseja alcançar com a educação é formar sujeitos capazes de se emancipar, ou seja, pessoas capazes de produzir seu próprio conhecimento, de atualizarem-se constantemente, de corresponderem aos desafios da modernidade e de questionar a realidade com autonomia e criatividade.

1.3 DIMENSÃO LEGAL

Em relação à educação como um direito social existe uma legislação vigente que direciona uma específica atenção quanto à qualidade dessa educação, a saber:

A Constituição da República e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), que define e regulariza o sistema de educação com base nos princípios da própria Constituição, conferem uma relevância à educação ao elevá-la à categoria de princípio e de direito articulando-a com a proteção e a dignidade da pessoa humana.

A Constituição da República a fim de garantir a todos a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola (art. 206) perante os conhecimentos, os valores e as competências aí transmitidos, diz, no seu art. 210:

Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

Com efeito, o art. 22 da LDB explicita, no mesmo sentido:

A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Esta formação comum, própria da educação básica, encontra no art. 26 da mesma lei, o ambiente institucional no qual os sujeitos pedagógicos farão daquele estabelecimento um lugar de transmissão de conhecimentos e de valorização da cidadania.

Diz o art. 26:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento

escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Desde 1988 o Brasil vem passando por várias transformações também no que diz respeito à educação na busca por proporcionar aos cidadãos um melhor padrão de qualidade na educação.

Em capítulo próprio da educação, pode-se ler no Art. 206, VII da Constituição da República de 1988:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...]

VII - garantia de padrão de qualidade.

Ainda a Constituição, no art. 214, explicita que a *melhoria da qualidade do ensino* é um dos objetivos maiores do Plano Nacional de Educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional menciona diretamente a questão da qualidade e a avaliação da educação em diversos trechos. A “garantia de padrão de qualidade” é um dos onze princípios básicos para o ensino definidos no art. 3º; o dever do Estado para com a educação deve ser garantido por nove condições, entre as quais “padrão mínimos de qualidade de ensino”, definidos como a variedade e quantidades mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino - aprendizagem (Art.4); dentre as nove atribuições da União para organização da educação nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade de ensino.

Por outro lado, esse padrão de qualidade deverá ter algum parâmetro de referência até para se ter certa verificabilidade de resultado no âmbito do que é a finalidade das instituições escolares, levando em conta de que a qualidade de educação gira em torno do desenvolvimento pleno do cidadão e da construção da própria cidadania, uma qualidade de vida para que a pessoa possa intervir na sociedade e alterar sua história. Uma qualidade que interesse a maioria da população.

1.4 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DO ENSINO BÁSICO

Concomitantemente ao grande avanço na universalização do ensino nas últimas décadas, o governo criou mecanismos de monitoramento e avaliação, a fim de acompanhar os resultados das políticas educacionais e de seus eventuais problemas.

Em 1990, foi realizado pela primeira vez o levantamento do SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, o qual coleta dados que permitem a avaliação de conhecimentos e habilidades dos alunos em diferentes séries e áreas curriculares e a identificação de fatores relacionados à organização e funcionamento da escola, aos professores e diretores, a prática pedagógica e aos alunos, que se acredita tenham influência na qualidade do ensino ministrado (MEC/INEP, 1998).

O Sistema de Avaliação da Educação Básica é composto por duas avaliações complementares. A primeira, denominada Aneb – Avaliação Nacional da Educação Básica, abrange de maneira amostral os estudantes das redes públicas e privadas do país, localizados na área rural e urbana e matriculados no 5º e 9º anos do ensino fundamental e também no 3º ano do ensino médio. Nesses estratos, os resultados são apresentados para cada Unidade da Federação, Região e para o Brasil como um todo. A segunda, denominada Anresc - Avaliação Nacional do Rendimento Escolar é aplicada censitariamente a alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental público, nas redes estaduais, municipais e federais, de área rural e urbana, em escolas que tenham no mínimo 20 alunos matriculados na série avaliada. Nesse estrato, a prova recebe o nome de Prova Brasil e oferece resultados por escola, município, Unidade da Federação e país que também são utilizados no cálculo do Ideb.

A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) são ferramentas de avaliação desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), que têm como objetivo avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos. Trata-se de uma avaliação externa e que é realizada a cada dois anos. No questionário socioeconômico, os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho. A Prova Brasil avalia duas

competências dos alunos: a de leitura e interpretação de textos (português) e a resolução de problemas matemáticos (matemática).

As informações do Saeb e da Prova Brasil ajudam o MEC, as secretarias estaduais e municipais de Educação a definirem ações voltadas ao aprimoramento da qualidade da educação no país e a redução das desigualdades existentes, promovendo, por exemplo, a correção de distorções e debilidades identificadas e direcionando seus recursos técnicos e financeiros para áreas identificadas como prioritárias. As médias de desempenho nessas avaliações também subsidiam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), ao lado das taxas de aprovação nessas esferas.

1.5 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

O estudo se detém a estudar somente o atual plano educacional, criado em 2007, gestão do governo Lula, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) /MEC cujo objetivo é a busca por uma melhor qualidade do ensino público tem a finalidade de alinhar os princípios Constitucionais e a Política Nacional de Educação-PNE- para garantir uma educação de qualidade, inclusiva, que possibilite a construção da autonomia das crianças e adolescentes o respeito à diversidade. Este plano aponta múltiplas ações em todos os níveis e modalidades de educação, mais especificamente a Educação Básica, com número maior de ações voltadas para o ensino fundamental.

Concomitante ao PDE foi promulgado o Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, dispondo sobre o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, que tem por objetivos conjugar esforços da União, Estados, Distrito Federal, Municípios, famílias e comunidade, em prol da melhoria da qualidade da educação básica. O “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” foi inspirado nos 200 municípios que apresentaram médias superiores a 5,0 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O plano também tem base no estudo Aprova Brasil - O Direito de Aprender, desenvolvido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Este é segundo Saviani (2007), com efeito, o carro-chefe do Plano.

O plano de Metas Compromisso Todos pela Educação agrega ingredientes novos ao regime de colaboração de forma a garantir a sustentabilidade das ações que compõem. Convênios unidimensionais e efêmeros dão lugar aos

planos de Ações Articuladas (PAR), de caráter plurianual, construídos com a participação dos gestores e educadores locais baseados em diagnósticos de caráter participativo (...). (PDE- Plano de Desenvolvimento da educação: Razões, princípios e programas. MEC, Governo Federal, 2007, p.24).

Dentro do universo das ações desenvolvidas pelo plano, o Programa Mais Educação foi o alvo da escolha para esse estudo.

1.5.1 PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

O Governo Federal criou o programa Mais Educação através da Portaria Interministerial nº 17/2007 que integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. A operacionalização do Programa é feita através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB), por meio do Programa Direto na Escola (PDDE) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as escolas prioritárias. As atividades fomentadas foram organizadas nos seguintes macrocampos: Acompanhamento Pedagógico, Meio Ambiente, Esporte e Lazer, Direitos Humanos em Educação, Cultura e Artes, Cultura Digital, Promoção da Saúde, Comunicação e uso de mídias, Investigação no Campo das Ciências da Natureza e Educação Econômica (*Fonte: Programa Mais Educação – Passo a Passo – Ministério da Educação*).

Conforme a Portaria Interministerial nº 17/2007, o programa Mais Educação tem como finalidade contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos. O Programa objetiva apoiar a ampliação do tempo e do espaço educativo e a extensão do ambiente escolar nas redes públicas de educação básica de Estados, Distrito Federal e municípios, mediante a realização de atividades no contra turno escolar, articulando ações desenvolvidas pelos Ministérios integrantes do Programa; contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria de condições para o rendimento e o aproveitamento escolar;

estimular crianças, adolescentes e jovens a manter uma interação efetiva em torno de práticas esportivas educacionais e de lazer direcionada ao processo de desenvolvimento humano, da cidadania e da solidariedade. Visa melhorar o ambiente escolar, tendo como base estudos desenvolvidos pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), utilizando os resultados da Prova Brasil de 2005.

Através desses estudos, foi destacado o uso do “Índice de Efeito Escola – IEE”, indicador do impacto que a escola pode ter na vida e no aprendizado do estudante, cruzando-se informações socioeconômicas do município no qual a escola está inserida. Por esta razão, a área de atuação do programa foi demarcada inicialmente para atender, em caráter prioritário, as escolas que apresentam baixo Índice de Desenvolvimento da Escola Básica (IDEB), situadas em capitais e regiões metropolitanas. Tais atividades iniciaram em 2008, com a participação de 1.380 escolas, em 55 municípios, nos 27 estados para beneficiar 386 mil estudantes.

Em 2009, houve a ampliação para cinco mil escolas, 126 municípios, de todos os estados e no Distrito Federal com o atendimento previsto a 1,5 milhão de estudantes, inscritos pelas redes de ensino, por meio de formulário eletrônico de captação de dados gerados pelo Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC).

Em 2010, a meta era de atender a 10 Mil escolas nas capitais, regiões metropolitanas – definidas pelo IBGE – e cidades com mais de 163 mil habitantes, para beneficiar três milhões de estudantes.

Para que cada atividade seja desenvolvida, o Governo Federal repassa recursos para fomentação e auxílio de monitores, materiais de consumo e de apoio segundo as atividades. As escolas beneficiárias também recebem conjuntos de instrumentos musicais e rádio escolar, dentre outros; e referência de valores para equipamentos e materiais que podem ser adquiridos pela própria escola com os recursos repassados.

1.6 RESULTADOS DA PROVA BRASIL NA ESCOLA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA

De acordo com informações obtidas no site do QEdu (<http://www.qedu.org.br/>), um portal aberto e gratuito, desenvolvido em parceria entre a Meritt² e a Fundação Lemann³, onde são encontradas informações sobre a qualidade do aprendizado em cada escola, município e estado do Brasil, o número de pontos obtidos pelos alunos na Prova Brasil faz com que eles sejam distribuídos em quatro níveis em uma escala de proficiência: Insuficiente, Básico, Proficiente e Avançado. Nesse sentido, os alunos com aprendizado adequado são aqueles que estão no nível proficiente e avançado. Esse conceito é o mesmo utilizado pelo movimento “Todos Pela Educação” para estabelecer suas metas e se baseia em parecer de seu comitê técnico composto por diversos especialistas em educação. Para o 5º ano do Ensino Fundamental, os alunos nos níveis proficiente e avançado são aqueles que obtiveram desempenho igual ou superior a 200 pontos em Português e 225 em Matemática.

Na cidade de Feira de Santana, na Bahia, foram encontrados dados bastante significativos em relação à educação. Com base na avaliação da Prova Brasil, em 2011, foram selecionados para análise 6.818 alunos das 84 escolas públicas participantes do PME, sendo que somente 74% (5.052) dos alunos participaram da Prova Brasil. Os resultados encontrados foram os seguintes: apenas 20% dos alunos aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 5º ano na rede pública de ensino e 14% dos alunos aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas até o 5º ano na rede pública de ensino.

Na Escola Municipal de Feira de Santana⁴, em Feira de Santana-BA, que é uma escola também inserida no Programa Mais Educação, os resultados da Prova Brasil foram ainda mais negativos em relação aos níveis adequados de aprendizagem. Em 2011, foram avaliados 42 alunos do 5º ano, sendo que apenas 8% demonstraram o aprendizado adequado para português e apenas 5% do aprendizado adequado para matemática.

²A Meritt é uma empresa sediada em Florianópolis e que tem origem na percepção de seus sócios-fundadores de que na educação os processos decisórios são subsidiados por poucas e generalizadas informações. Eles entendem que essa situação impacta negativamente a melhoria da educação, pois informações detalhadas e de qualidade são fundamentais para o planejamento de ações eficientes.

³A Fundação Lemann é uma organização sem fins lucrativos, criada em 2002 pelo empresário brasileiro Jorge Paulo Lemann.

⁴Nome fictício dado para escola.

Em conformidade com os dados expostos e em razão dos baixos índices do Ideb na escola Municipal de Feira de Santana desde que programa foi implementado na escola. Surge o questionamento se há, ou não, uma efetividade quanto ao exercido pelo Programa Mais Educação na referida escola. Diante disso esse trabalho busca observar os problemas do programa Mais Educação quando implementado em uma escola Municipal de Feira de Santana.

CAPITULO II

2. METODOLOGIA

2.1 OS SUJEITOS E INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Para a realização desta pesquisa alguns caminhos foram seguidos, eis então a necessidade da metodologia que é o caminho do pensamento. Segundo Martins (2004) a metodologia é compreendida como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, que indaga e questiona acerca de seus limites e possibilidades. O tipo de metodologia adotada foi qualitativa, mais precisamente o procedimento de estudo de caso - entendendo-se como caso, o indivíduo, a comunidade, o grupo, a instituição - com observação direta e entrevistas, em uma escola pública municipal de ensino fundamental de Feira de Santana, abrangendo o universo dos alunos participantes do Programa Mais Educação matriculados na escola municipal de Feira de Santana, que foi escolhida devido aos seus baixos índices do Ideb. Os dados foram referentes ao ano de 2013.

Os resultados dessa pesquisa não podem ser generalizados para todos os participantes do Programa Mais Educação no Brasil, nem mesmo da cidade de Feira de Santana. Como ensina Martins (2004 apud SILVA, 2013, p.23), a proposta do estudo qualitativo não é generalizar os resultados, mas investigar e compreender um grupo de forma profunda.

Os resultados obtidos com o estudo, serviram para uma compreensão das variáveis envolvidas na implementação de um programa de caráter federal que se estende por escolas de todas as esferas estatais e que é relevante para o alcance do cumprimento do compromisso do governo em melhorar a qualidade da educação no país, permitindo- se pensar sobre as dificuldades que podem ocorrer nas diversas escolas que o PME também é implementado, podendo produzir sugestões para o aprimoramento do programa, e, sobretudo, descrever melhor o próprio programa Mais Educação.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado entrevista semiestruturada, aplicada: ao coordenador do programa, a os monitores do programa e aos pais de alunos participantes do Mais Educação da escola municipal de Feira de Santana. Os temas correspondentes às

entrevistas giraram entorno das ações do PME na escola, os pontos positivo e os pontos fracos da implementação desse programa na escola.

Os entrevistados foram questionados sobre temas que estão relacionados às suas áreas de atuação dentro do programa. A entrevista feita com o coordenador do programa foi direcionada a gestão do programa na escola, em relação aos professores e monitores foram levantadas questões sobre as mudanças de caráter geral que aconteceram dentro e fora das salas de aula desde que o programa foi implantado na escola, as perguntas feitas aos pais estavam relacionadas às mudanças de comportamento e aprendizagem que foram percebidas em seus filhos com a participação no programa Mais Educação.

Após as entrevistas, os dados obtidos foram tratados e analisados, cada entrevista em si mesma, buscando compreender profundamente o sujeito entrevistado. Numa segunda etapa foram observados os levantamentos feitos pelos os entrevistados, buscando identificar semelhanças e também diferenças entre eles em relação às abordagens sobre o programa Mais Educação, verificando as variáveis envolvidas nas semelhanças e diferenças, do tipo grupo que faz parte, anos de escolaridade, responsabilidade na escola, relação com alunos etc.

Por ser um estudo que se utiliza de um método qualitativo de pesquisa e que segundo Martins (2004) A metodologia qualitativa, mais do que qualquer outra, levanta questões éticas, principalmente, devido à proximidade entre pesquisador e pesquisados. Vale salientar que os objetivos propostos pelo estudo estão consolidados junto e em colaboração com os gestores e funcionários da escola.

2.2 CAMPO DE PESQUISA

2.2.1 FEIRA DE SANTANA

A pesquisa foi realizada em Feira de Santana, município baiano, situado a 108 quilômetros de sua capital, Salvador, a qual se liga através da BR-324. Feira, como comumente é apelidada, é a segunda cidade mais populosa do estado e maior cidade do interior nordestino em população, ou seja, é a maior cidade do interior das regiões Norte/Nordeste/Centro Oeste e Sul do Brasil, e é também a sexta maior cidade do interior do país, e com uma população maior que oito capitais estaduais.

A população do município segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2013 era estimada em 606.139 pessoas, o Censo Demográfico de 2010 indicava que em 68.878 pessoas frequentavam o ensino fundamental na rede pública, sendo esse número equivalente a 76% do total de pessoas que frequentam o ensino fundamental regular.

Segundo o Ministério da Educação o programa Mais educação até 2013 atuava em um universo de 83 instituições públicas de ensino em Feira de Santana, sendo distribuídas em 64 escolas estaduais e 20 escolas municipais.

2.2.2 ESCOLA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA

A escola Municipal de Feira de Santana, onde foi feita a pesquisa, foi inaugurada em 1988, e estiveram matriculados no ano de 2013, 378 alunos distribuídos entre os três turnos. A escola aderiu ao Programa Mais educação em 2010, por ser uma instituição de ensino que apresentava uma média muito baixa no Ideb. Até o ano de 2013 a escola interagiu com atividades fomentadas por quatro macrocampos: Acompanhamento Pedagógico, Esporte e Lazer, Direitos Humanos em Educação, Cultura e Artes, sendo distribuídos em sete oficinas: letramento, matemática, dança, futebol, capoeira, karatê e o Projeto Liga da Paz.

2.2.3 ENTREVISTADOS: GESTOR DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO, MONITORES E MÃES

Para realização da pesquisa foram realizadas nove entrevistas, divididas entre mães, monitores e uma gestora do programa. Os dados obtidos através dos entrevistados foram coletados entre os meses de novembro de 2013 e janeiro de 2014. As nove entrevistas foram distribuídas entre cinco mães de alunos, três monitores do programa e uma coordenadora do PME na escola. Os resultados obtidos com o estudo servirão para uma compreensão de variáveis como a aprendizagem e rendimento escolar dos estudantes participantes do programa, o efeito que o programa traz sobre a evasão escolar e os resultados da implantação de atividades feitas pela escola no contra turno escolar. A análise dessas informações que envolvem a implementação de um programa de caráter federal que se estende por escolas de todas as esferas estatais é relevante para o alcance do cumprimento do compromisso do governo em melhorar a

qualidade da educação no país e também permiti pensar sobre as dificuldades que podem ocorrer em diversos locais, podendo produzir sugestões para o aprimoramento do programa, e, sobretudo, descrever melhor o próprio programa Mais Educação.

Abaixo são mostrados de forma simplificada os perfis e relatos das mães, monitores e da gestora do programa. Os nomes dos entrevistados foram modificados para que fosse garantida a privacidade dos mesmos. A escolha dos entrevistados se deu de forma variada e conveniente para cada um dos grupos. Para entrevista com os pais de alunos foram selecionados pais, que tinham filhos com bastante frequência as aulas do Programa Mais Educação. Apesar do programa não ter um diário de frequência para registro das faltas cometidas pelos estudantes, os monitores e a gestora indicaram os alunos que estavam sempre frequentavam o programa. As entrevistas com as mães foram feitas através de convites enviados às casas dos estudantes participantes do programa, onde somente mães aceitaram fazer a entrevista.

A escola possuía cinco monitores que davam aula no PME; todos foram convidados para serem entrevistados, mas somente três aceitaram o comparecer as entrevistas, os outros dois alegaram indisponibilidade de horários, pois tinham ocupações que não permitiam a disponibilidade de tempo para ceder uma entrevista sobre as suas atuações no PME.

CAPÍTULO III

3. ANÁLISE DOS RESULTADOS INVESTIGADOS

3.1 ENTREVISTAS COM AS MÃES

DONA MARIA

A senhora Maria é residente há 10 anos no bairro que seu filho estuda. Possui dois filhos, sendo que os dois estudaram na escola Municipal de Feira de Santana. A família de entrevistada é composta por quatro pessoas, seu marido e seus dois filhos.

A senhora Maria possui o ensino fundamental. Ela afirma que não concluiu o ensino médio porque começou a trabalhar muito cedo, desde 11 anos e que não tinha como conciliar os estudos com a criação dos filhos, pois chegava muito cansada do trabalho onde exercia a atividade de empregada doméstica. Na opinião dela sobre a escola, os professores atuais não tem o mesmo desempenho pedagógico dos professores do passado. Segundo a entrevistada, antigamente os professores eram mais dedicados ao ensino dos alunos. Para ela os professores de hoje não pegam “no pé” do aluno e afirma também que pelo fato dos professores já estarem formados e com suas carreiras definidas, não ligam para a aprendizagem dos estudantes, sendo esse maior problema da escola atual, a falta de dedicação dos professores na sala de aula.

Ela afirma conhecer o PME, julgando-o como um programa de incentivo a permanência do aluno na escola, evitando que ele fique na rua, dando mais uma ocupação ao aluno no período em que ele não está estudado para uma maior aprendizagem. Seu filho participa do programa há um ano, desde 2013.

Senhora Maria disse que seu filho frequenta normalmente o período normal da escola, entrando na escola às 08h00min, saindo às 11h30min, e que nesse período seu filho só faz brincar, deixando de lado os estudos, tanto que ficou em recuperação em 2013. E que volta à escola às 13h30min para participar do PME, saindo às 16h30min.

Ela diz que o programa não consegue incentivar o seu filho a permanecer na escola e que é necessário a sua intervenção para que seu filho participe do PME. Afirmando que desde que seu filho começou a participar do PME, não percebeu mudanças positivas no desempenho do filho, mas que o PME de certa forma atrapalhou o rendimento escolar da criança, pois tira o foco das atividades feitas no horário normal, em função das atividades feitas no horário oposto com o PME, como futebol e dança.

A entrevistada disse também que a leitura, escrita e habilidade em cálculos matemáticos do seu filho tiveram pouco avanço apesar dele participar das oficinas de letramento e matemática, mas que o maior benefício que o programa trouxe para seu filho foi simplesmente a ocupação do tempo do seu filho no horário oposto, pois o estudante não fica mais nas ruas o deixando longe da violência que acontece nas ruas.

DONA TEREZA

A dona Tereza é residente do bairro em que seu filho estuda há mais de vinte anos, possui três filhos, todos estudando na mesma escola, a escola Municipal de Feira de Santana.

Dona Tereza não tem emprego formal e é estudante, participante do programa Pro-Jovem. Ela afirma que estudou na mesma escola que seus filhos e quando cursava o ensino fundamental, as coisas eram mais organizadas, os alunos bagunçavam menos, o que ajudava no andamento das atividades realizadas pela escola.

A entrevistada afirma desconhecimento do programa mais Educação, e que a única informação que ela teve sobre o programa, foi em uma reunião de pais e mestres na escola. Seus filhos participam do programa desde 2012 e depois que eles começaram no programa, passaram a gostar mais de ir à escola, pois a escola passou a ofertar atividades interessantes a eles, como: futebol, capoeira e dança.

Ela disse que seus filhos frequentam todos os dias a escola, entrando às 08h00min e saindo às 11h30min, quando voltam pra casa para almoçar e tomar banho, e que às 13h30min eles voltam para a escola para participar do PME, saindo às 16h00min.

Segundo a entrevistada os seus filhos, depois que seus filhos passaram a participar do PME, desenvolveram-se mais em termos de aprendizagem, pois a presença das crianças em dois turnos na escola ajudou a aprenderem mais, principalmente devido às oficinas de letramento e

matemática, mas ela afirma que não sabe exatamente como se deu esse aumento de aprendizagem, pois só percebeu isso devido ao aumento das notas dos filhos.

Em relação ao comportamento do seu filho ela aponta que houve uma melhora, pois afirma que seu filho antes de participar do programa era muito indisciplinado e com a frequência do PME, com a oficina “Liga da Paz”, ele passou a melhorar o seu comportamento.

SENHORA KÁTIA

A entrevistada mora no bairro em que seus filhos estudam há 6 anos. Mãe de dois filhos, dona Kátia vive sozinha com seus filhos e trabalha como manicure. Possui nível médio incompleto, afirma que parou de estudar devido à violência, pois com a precariedade dos transportes no seu bairro e o índice de assaltos no bairro onde mora é muito elevado à noite, horário no qual estudava e que também não há escola de ensino médio próximo a sua casa o que a leva a ter que estudar em outro bairro.

Segundo a entrevistada, quando ela cursava o ensino fundamental, os professores eram mais dedicados do que os professores atuais, pois pegavam mais “no pé” dos estudantes, davam castigos se não fizessem as atividades, afirmando que essas atitudes são melhores que as tomadas hoje em dia com os estudantes. Para ela o ensino antigamente era melhor, pois quando as crianças não faziam as atividades ficavam de castigo e às vezes com palmatória na mão. E que a falta de professores nas salas de aula afeta muito a qualidade no ensino dos seus filhos.

Dona Kátia disse que uma das coisas que ele não era bom nas escolas onde ela estudou era a falta de espaço físico das escolas.

A entrevistada afirmou desconhecimento do PME, porque nunca participou das reuniões de pais e mestres feitas na escola, onde o programa é comentado, pois sempre estava trabalhando e não podia ir as reuniões, mas que já ouviu falar sobre as oficinas que o programa oferece oficinas de futebol, capoeira, karatê.

Dona Kátia afirmou que seu filho frequenta a escola todos os dias e que ele participava do PME frequentemente. Ela faz uma crítica sobre o horário do programa, pois o seu filho estudava pela manhã e ainda tinha que vir pra casa para almoçar e tomar banho e depois ir

para escola novamente, o que causava a ela muitas dificuldades. Ela afirma que a escola não tem estrutura para manter a criança o dia todo e que a criança perde tempo vindo pra casa.

O filho dela participa do programa desde 2011, mas ela julga que nesse tempo o desenvolvimento do seu filho piorou, pois ele perdeu o foco nas atividades desenvolvidas no horário normal. As atividades do horário normal não estavam sendo cumpridas pelo seu filho, pois estava havendo mais atenção dele as oficinas do PME.

Dona Katia disse que nunca pensou em tirar seu filho da escola ou interromper os estudos das crianças, pois acha a educação primordial para o desenvolvimento das crianças.

Segundo a entrevistada, ela não percebeu mudança na aprendizagem dos seus filhos, e que as únicas mudanças percebidas com o ingresso de seus filhos no PME foram ao sentido comportamental, achando que seus filhos passaram a serem pessoas mais comunicativas.

A entrevistada disse que seu filho lê bem, mas que isso não é devido ao programa Mais Educação e sim por causa de uma creche que seu filho estudava e que quando ele saiu da creche, ele já sabia ler. E que seu filho escrever bem e o programa pode ter ajudado a ele escrever de forma cursiva, pois a criança antes de participar do PME só escrevia com letra de forma.

DONA CLAUDIA

A entrevistada reside há 16 anos no bairro em que sua filha estuda. Casada, trabalha como auxiliar de limpeza e que antes de morar em Feira de Santana, residia em Minas Gerais, mas que largou tudo para vim morar na cidade. Sua filha estuda na escola Municipal de feira de Santana desde 2009.

Dona Claudia disse que antes morava em Belo Horizonte e que cursou parte do ensino fundamental na cidade de Rio Branco.

A entrevistada afirma que quando estudou o ensino era péssimo, devido à violência dentro da escola e que via constantemente drogas circulando dentro da escola e que na época em que estudou viu muitos de seus colegas morrerem devido a essa violência e as drogas. Segundo ela, o ensino das escolas atuais, e melhor, pois, com a implementação de diversos programas e projetos dentro das escolas, fica mais fácil para estudar.

A entrevistada afirmou que não conhecia o programa Mais Educação antes de sua filha participar, mas que já tinha ouvido falar sobre ele. Sua filha já participa do programa desde 2012, desde que sua filha começou a estudar no programa, percebeu que houve uma maior força de vontade por parte de sua filha para frequentar a escola. Segundo ela, nunca pensou em tirar sua filha da escola, nem interromper os estudos da filha.

Ela disse que nunca pensou em parar ou interromper os estudos de sua filha e que ela frequenta a escola todos os dias, entrando às 07h45min e saindo às 11h30min, quando volta pra casa para almoçar e tomar banho e que às 13h05min, ela volta pra escola para participar do PME, saindo às 16h00min.

A entrevistada disse que não consegue perceber mudanças na aprendizagem da sua filha, pois acha que sua filha sempre foi bem e que o comportamento dela continua o mesmo. Mas percebeu que o interesse da sua filha em vim pra escola mudou, pois, as atividades como a dança chamam a atenção da sua filha.

Dona Claudia acha que a educação está em primeiro lugar na criação da sua filha, e que sem educação seria muito difícil para conseguir sucesso na vida.

Sobre os profissionais e monitores que atuam na escola, ela afirma não ter do que se queixar.

DONA MEIRE

A entrevistada é residente no mesmo bairro que seu filho estuda a mais de 20 anos. Casada, trabalha como atendente em um restaurante. Tem somente um filho, estudante da escola Municipal de Feira de Santana.

Tendo concluído o ensino médio, a entrevistada disse que cursou o ensino primário na mesma escola em, que seu filho estuda. Afirma também que quando cursava o ensino fundamental, os professores eram mais dedicados ao ensino que “pegavam no pé” dos alunos, diferente dos professores atuais, que atuam na escola de seu filho, que segundo ela não tem mais autoridade sobre os estudantes.

Dona Meire disse que seu filho frequenta a escola normalmente no horário normal de aula e que nunca pensou em interromper ou parar com a educação do seu filho e com a participação dele no programa, ele ia para a escola às 07h40min, retornando às 12h00min, para almoçar e

tomar banho em casa e que às 13h10min, ele volta pra escola para participar do PME, saindo às 16h00min.

A entrevistada alegou que seu filho já participa do programa Mais Educação desde 2012, mas que seu filho não queria participar do PME e que sua frequência no programa era muito pouca, pois por causa da alta temperatura entre o retorno pra casa e a ida novamente à escola para participar do PME se tornava muito cansativa, o que não ajudava na permanência de seu filho na escola no horário oposto.

Segundo a entrevistada, ela só passou a conhecer o programa Mais Educação depois que seu filho começou a frequentar as oficinas de programa e que não percebeu nenhuma mudança na aprendizagem do seu filho, pois o mesmo sempre foi desenvolvido em suas atividades escolares, e que a única mudança percebida foi em relação ao comportamento dele, tornando-se uma criança mais comunicativa.

3.2 ENTREVISTAS COM MONITORES

SENHOR RAIMUNDO

Raimundo é professor de karatê Dô profissional, registrado na confederação Baiana de Karatê, e já trabalha no PME na escola Municipal de feira de Santana há três anos, desde 2010.

Ele afirma que o interesse de trabalhar no programa surgiu quando um colega o procurou, oferecendo-lhe a oportunidade de participar do PME para ministrar aulas de karatê, com carga horária de 9 horas semanais e com uma ajuda de custo de 400 reais ao mês e pelo fato dele ter um espaço de 120 metros quadrados perto da escola que poderia ser cedido pra escola em favor da própria oficina de esporte, o que aumentou ainda mais o interesse da gestão do programa na escola por sua aderência ao PME.

Segundo o entrevistado, ele não conhecia o PME antes de ser voluntario e que houveram reuniões onde foram esclarecidas dúvidas sobre o programa.

Quando perguntado sobre a falta de treinamento para atuar com os alunos beneficiados com o PME, o monitor afirmou que por ele ser professor de karatê ele já possuía um alto conhecimento para lidar com esses alunos beneficiados pelo programa.

Raimundo relatou que o karatê ajudou muito a disciplinar as crianças, que segundo ele os alunos chegavam com muita indisciplina às aulas, mas que com o decorrer do tempo foi ganhando a confiança das crianças e mostrando que não adiantaria eles serem insubordinados. Ele acredita que conseguiu, nesses três anos, melhorar muito a parte disciplinar do comportamento dos alunos, pois afirmou que o karatê age muito no sentido de disciplinar o cidadão.

O entrevistado relatou também um ponto negativo na implementação do programa na escola, que é a baixa frequência de alunos nas oficinas.

MESTRE GAGO

Mestre Gago é monitor do PME na escola Municipal de Feira de Santana desde 2012, ele é professor de capoeira e faz trabalhos relacionados à prática e confecção de artigos de capoeira desde 1975, já participou de outros programas de governo, exemplo a Fundação de Apoio ao Menor de Feira de Santana (FAMFS) e que trabalha atualmente ministrando aulas de capoeira em escolas particulares e em uma instituição estadual de ensino.

Segundo o entrevistado, o interesse em trabalhar no PME surgiu quando foi convidado a atuar em uma escola pública da cidade e também por gostar de ministrar aulas para crianças carentes. Antes de ele ser monitor do PME na escola Municipal de Feira de Santana, Mestre Gago já havia trabalhado e trabalha pelo mesmo programa em outras duas escolas de Feira de Santana. Ele conta que por fazer um trabalho de caráter social, seu trabalho é muito conhecido na área.

O entrevistado afirmou que as únicas informações e orientações que existiram para que os monitores atuassem no PME na Escola Municipal de Feira de Santana, foram feitas em reuniões, onde ocorreu o esclarecimento de algumas dúvidas, como a definição de horários e a quantidade de alunos com que cada monitor iria trabalhar, mas nada, além disso.

No PME, mestre Gago dá aula de música, dança e capoeira, afirmando que essas atividades dão suporte para evitar que crianças adentrem na marginalidade. Segundo ele, as crianças

quando chegam para participar do programa Mais Educação, estão muito indisciplinadas, mas que com o passar do tempo e com a interação com as atividades ministradas por ele as crianças acabam se interessando mais pelo PME.

Ele diz que o relacionamento com as crianças era muito bom e que os melhores momentos eram nas aulas de música, pois afirma que muitos estudantes se interessavam pela música.

Mestre Gago vê o PME como um avanço na educação e acha que o programa trouxe muita ajuda as escolas, tanto para aprendizagem quanto para a melhora do comportamento dos alunos.

Um dos pontos negativos relatado pelo entrevistado sobre o PME seriam os valores pagos aos monitores, que na verdade trabalham como voluntários recebendo apenas uma ajuda de custo no valor aproximado de R\$ 400. E outro ponto seria a permanência concreta do aluno em tempo integral, o que não acontece nas escolas. Por falta de estrutura física e de pessoal para trabalhar, as crianças tem que voltar pra casa para almoçar e tomar banho, quebrando toda a lógica do programa que seria manter a criança na escola nos dois turnos diurnos.

JEANE

Jeane é monitora do PME na escola Municipal de Feira de Santana desde 2012, é formada em pedagogia e monitora responsável pela oficina “Liga pela Paz”, que é um projeto dentro do PME que trabalha com valores como cidadania, generosidade, ética, respeito etc.

Jeane afirma que o interesse em trabalhar no PME surgiu quando foi convidada a trabalhar pela a coordenadora do programa na escola e que o primeiro contato com o programa foi na escola. Ela afirma que não conhece o programa para além da escola em que atua, mas que ouve sobre algumas escolas que tem se destacado em algumas oficinas que o programa oferece e que isso tem sido muito bom. Segundo, a entrevistada, ela percebe que o PME tem contribuído para tirar algumas crianças da rua e mudado o comportamento das crianças, mudando a visão elas de futuro. Ela diz ter percebido esperança nas crianças e perspectiva de mudança para suas vidas.

Jeane afirma ter um bom relacionamento com os estudantes, e consegue ver o desenvolvimento dos alunos. Alunos que chegaram indisciplinados, mas que no decorrer do curso foram adaptando-se e melhorando a relação e o contato com as outras crianças.

Os pontos negativos relatados pela entrevistada são a pouca frequência dos alunos as aulas e a falta de estrutura física adequada para ministrar as aulas e para permanência dos alunos, reconhecendo a infelicidade da implementação que o programa tem na escola.

3.3 ENTREVISTA COM GESTORA DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA

A responsável pela coordenação do PME na escola reconhece a necessidade da implantação do programa na cidade de Feira de Santana na sua escola, pois se entendem que o tempo integral da criança no ambiente escolar é uma forma legal e institucionalizada, que pode ser usada como instrumento para mudar os índices de baixo rendimento dos alunos, indicados pelo IDEB, em Feira de Santana e na sua escola.

Ela afirma que o PME, que é gerido em sua escola, acontece de forma semelhante nas outras escolas de Feira de Santana. Apontando como o grande problema dessa implementação é a falta de estrutura física nos edifícios das escolas para receber o programa.

“O que falta na verdade é uma estrutura melhor nas escolas, porque o programa é importante e necessário, mas deveria ser criada uma estrutura para melhor atender esses alunos. Com isso melhoraria bastante e teríamos um maior sucesso”. (Gestora do PME da Escola Municipal de Feira de Santana)

Mesmo com todos os problemas estruturais, como: falta de banheiros adequados para higienização dos estudantes, falta de refeitório, quadra poliesportiva, salas com isolamento acústico etc. A gestora afirma que o programa tem contribuído para a permanência dos alunos na escola, diminuindo a evasão escolar, pois diz, que com as oficinas que o PME oferece, onde são ofertadas atividades desportivas, atividades criativas e educativas, há um interesse por parte desses alunos em frequentar o PME.

Por serem atividades diferentes das ofertadas no horário normal de aula, ela afirma que essas atividades trabalham com a sensibilidade, as emoções, o trabalho com o corpo e com o raciocínio lógico dos estudantes, atraindo o interesse dos estudantes em permanecer na escola.

A entrevistada disse que com a chegada do PME foi possível perceber a necessidade de ampliação do espaço físico escolar e a criação de espaços para que as oficinas do PME acontecessem. Surgiu então a necessidade de buscar parceiros para o programa na própria comunidade. Parceiros no sentido de ampliar o espaço físico para que as atividades do programa pudessem ser realizadas. Segundo ela, é muito difícil encontrar e permanecer com esses parceiros, pois pelo fato do PME não disponibilizar recursos para alugueis de espaços, as pessoas não querem simplesmente ajudar a escola cedendo seus espaços de forma voluntária.

*“Nós tentamos sensibilizar essas pessoas, essa comunidade, para que eles venham participar conosco do PME. Muitas vezes nós aproveitamos aquele pai em que o filho está no programa. O pai que às vezes tem o espaço que possa se adequar ao programa ou procuramos espaço na própria comunidade, mas parcerias como essas são muito difíceis. Eles não querem participar alegando que é o governo que tem que pagar e fazer tudo”.
(Gestora do PME da Escola Municipal de Feira de Santana)*

A gestora do PME, diz que um dos objetivos do programa é melhorar o desempenho e o desenvolvimento dos alunos nas atividades do horário normal da escola através das oficinas do horário oposto, mas afirma que só há essa troca de saberes se houver interesse do aluno em desempenhar as atividades feitas nas oficinas do PME, como exemplo as oficinas de letramento, matemática.

Segundo a entrevistada, uma das características básicas para que o aluno participe do PME na sua escola, seria o baixo rendimento escolar, ou seja, notas baixas no boletim escolar e que uma média de 50% dos alunos matriculados na escola participam do programa.

Alega também que os pais dos alunos desconhecem o IDEB e que muitos deles não têm noção que seus filhos precisam participar do programa por conta do baixo índice de rendimento.

Muitos pais não tem interesse em buscar saber o que se filho faz na escola, a realidade de escola. Eles não buscam, não tem curiosidade, eles não têm essa participação total. Isso é uma realidade da nossa escola. (Gestora do PME da Escola Municipal de Feira de Santana)

A escola faz reuniões que tem por objetivo conscientizar os pais sobre os assuntos relacionados a programas e ações feitas na escola, principalmente no começo do ano letivo, quando é introduzido o PME. Nessas reuniões são convocados pais e alunos para que possam estar discutindo sobre assunto e tirando suas dúvidas.

A gestora do PME diz que são múltiplas as razões do baixo índice do IDEB na sua escola. Razões que vão das políticas públicas para educação que são implantadas na escola, que envolve os profissionais que não são adequadamente preparados para estar atuando na educação e que envolve as famílias, que não se responsabilizam com seus filhos.

Afirma também que não há uma distância expressiva entre as realidades das escolas de Feira de Santana que também tem o PME e a sua escola.

Em relação ao programa Mais Educação, ela aponta que o governo deve estruturar melhor as escolas para que o programa aconteça de forma adequada e haja conseqüentemente uma elevação no nível de qualidade da educação. Na escola municipal de Feira de Santana os alunos tem que ser liberados para suas casas na transição dos turnos para que possam almoçar e tomarem banho.

O que acontece é que o aluno entra na escola que não tem uma estrutura, como por exemplo, um banheiro descente, pois o aluno precisa tomar um banho naquele horário de meio dia, do intervalo, ele precisa ter espaço pra sentar, pra ele fazer um lanche, pra ele almoçar ao meio dia, precisa ter um espaço recreativo para o intervalo entre as oficinas ou para o momento entre os turnos. Além disso, a gente precisa de mão de obra humana para termos suporte e isso não acontece. Não acontece porque não podemos requerer pessoas para isso sem ter como pagar. (Gestora do PME da Escola Municipal de Feira de Santana)

Segundo a entrevistada o índice de evasão escolar diminuiu, pois com a implementação do Programa Mais Educação, alunos que antes abandonavam a escola por desinteresse, agora tem outras motivações além das já existentes com as atividades normais para permanecer na escola, pois o programa trouxe atividades estimulantes que antes eles não tinham.

A escola não possui dados sobre o desenvolvimento escolar dos seus alunos e a gestora do PME da escola afirma que o programa não está diminuindo o índice de reprovação dos seus estudantes. Ela diz que isso acontece pelo fato de não estar havendo uma ligação entre o aprendizado adquirido pelo PME e as atividades do horário normal da escola, reconhecendo isso como uma falha da coordenação do programa dentro da escola.

Também eu não culpo os alunos, pois acho que quando isso acontece é mais por culpa do profissional, do coordenador que poderia estar fazendo uma melhor ligação entre o programa e as atividades curriculares e também devido à falta de contato que deveria acontecer entre os professores e os

monitores do PME. (Gestora do PME da Escola Municipal de Feira de Santana)

Em relação ao índice de violência na escola e contra os estudantes, ela afirma ter havido uma grande diminuição, pois com a presença do aluno na escola no horário oposto, ele fica imune a situações de violência como, exploração sexual, moral e física.

3.4 ANÁLISE DE DADOS: PROBLEMATIZAÇÃO DO PME NA ESCOLA

Tomando por base as informações relatadas pelos entrevistados: Mães, monitores e a gestora do PME na Escola Municipal de Feira de Santana foram percebidos quais os pontos adversos que existem entre a os objetivos do PME e a realidade da sua implantação na escola.

3.4.1 DIFICULDADE DE MANTER CRIANÇAS NA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL (FRAGILIDADE DA ESTRUTURA FÍSICA DA ESCOLA)

Segundo os entrevistados, há três grandes problemas enfrentados na implementação do PME na escola, que são: a falta de estrutura física na escola para receber os alunos beneficiados com o PME; a má atuação dos profissionais envolvidos tanto no Programa Mais Educação quanto no horário normal de aulas e; a pouca participação das famílias dos estudantes em suas vidas escolares.

Sobre a estrutura física da escola para receber o PME, o ponto principal a ser citado por quase todos os entrevistados foi à incapacidade de a escola manter o aluno em suas dependências por um turno integral fugindo assim de uma das finalidades do programa que é a ampliação do tempo e do espaço educativo para a implantação do tempo integral de ensino nas escolas. A Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007, expressa que o programa Mais Educação tem como objetivo contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos, através de ações no turno oposto as aulas normais, ou seja, no contra turno escolar.

Segundo as mães entrevistadas seus filhos retornam para casa assim que o turno normal de aula se encerra, para que eles possam almoçar e fazer sua higienização. Isso quebra toda a lógica de educação integral do PME, pois se o beneficiário retorna para a sua casa e depois volta novamente para escola, ele está cumprindo dois turnos e não apenas um turno integral. Esse intervalo entre os turnos, segundo algumas mães, dificulta a participação dos seus filhos no PME, pois o deslocamento dos estudantes gera certo desânimo entre as crianças. Muitos moram longe da escola e tem que andar às vezes sobre altas temperaturas e também sobre chuvas para retornar a escola e participar do programa.

Outro ponto negativo citado sobre esse intervalo que há entre o horário normal de aula e o turno oposto, que serve para as atividades do PME, é que as crianças ficam ainda mais sujeitas a sofrerem algum tipo de violência no caminho entre a escola e suas casas, como relatado por uma mãe de aluno, que alegou que seu filho já tinha sofrido violências físicas e verbais de pessoas alheias ao ambiente escolar, sendo que uma das finalidades do PME expressa no artigo 2º da portaria interministerial 17/2007, é a prevenção e o combate à violência contra crianças, adolescentes e jovens.

Segundo os monitores entrevistados a falta de estrutura física adequada para ministrar as aulas é um ponto negativo na implementação do programa na escola, pois quando as atividades do PME, como: música, dança e capoeira que são feitas na própria escola atrapalham os professores e alunos que estão em horário normal de aula, pois o barulho gerado por essas atividades interrompe o bom andamento das atividades ministradas no horário normal. Outro ponto está relacionado à falta de estrutura física da escola é baixa frequência dos alunos ao PME, pois o retorno desses alunos para a escola depois do intervalo do meio dia é muito pequeno, devido a circunstâncias de deslocamento para ir e vir, prejudicando as articulações que são realizadas no contra turno escolar, que podem contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria de condições para o rendimento e o aproveitamento escolar.

A gestora do programa encara o problema da estrutura física da escola, com o principal ponto a ser adequado para a melhoria da qualidade das ações realizadas pelo PME.

3.4.2 FALTA DE INTERESSE DE PROFISSIONAIS EM RELAÇÃO À APRENDIZAGEM

Em relação à atuação dos profissionais envolvidos no PME e os professores da escola, os relatos feitos por quase todas as mães é a falta de interesse desses profissionais em atuar de forma concreta na educação dos estudantes. Diante do exposto propõe-se a implantação de um mecanismo de representatividade dos professores junto aos alunos e comunidade escolar. Para isso se faz necessário ir além das paredes da escola e conhecer a realidade de seus alunos, o que exige um grande esforço dos professores e da gestão da escola sendo necessário ver educação além da simples rotina, mas como um ato de amor.

“O saudoso educador Paulo Freire certa vez proferiu que “não há educação sem amor”. Sabiamente ele foi ao âmago de tudo, pois educar sem amor pode resultar em mero ganha pão, em um simples contar de hora-aula ou em uma assinatura de folha de ponto apenas.” (SANTANA 2007, p.01).

A maioria das mães revela que não percebeu mudanças na aprendizagem e no desenvolvimento curricular dos seus filhos, pois seus filhos ainda continuam com o mesmo rendimento que estavam antes do programa. Em um dos relatos, uma mãe cita que o seu filho ainda continua tendo dificuldades em disciplinas como português e matemática, mesmo participando do PME, o que não está em sintonia com uma das finalidades do PME, que é a contribuição para melhoria das condições de rendimento e o aproveitamento escolar através de suas oficinas.

A gestora do programa aponta como falta de sucesso na aprendizagem e no rendimento dos alunos a própria direção do PME na escola. De acordo com ela não é feita uma ligação entre as atividades realizadas no PME e as atividades realizadas no horário normal da escola e que também não há um acompanhamento, nem o contato dos monitores do PME e os professores da escola. Para Romão e Padilha:

“O diretor de escola é, antes de tudo, um educador. Enquanto tal possui uma função primordialmente pedagógica e social, que lhe exige o desenvolvimento de competência técnica, política e pedagógica. Em sua Gestão, deve ser articulador dos diferentes segmentos escolares, em

torno do projeto político-pedagógico da escola”. (ROMÃO, PADILHA, apud JESUS, TORETE, 2000 p, 26).

Essa falta de mobilização dos profissionais atuantes na escola torna ineficaz qualquer tentativa de progresso para a diminuição das reprovações escolares e para a melhoria das condições de rendimento escolar e aprendizagem.

3.4.3 RELAÇÃO COM AS FAMÍLIAS

A participação das famílias é um ponto citado pela gestora do PME na escola, como o pilar para o bom desenvolvimento do aluno e que sem o apoio da família esse aluno está ainda mais vulnerável às adversidades como: evasão escolar, reprovação, trabalho infantil, exploração sexual e outras formas de violência. Segundo Kaloustian (1988, p.22):

“A família é o lugar indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais.”

A maioria das mães entrevistadas possui um nível baixo de escolaridade. Paixão (2005) afirma que essa situação é adversa para o sucesso escolar dos filhos, segundo ela há uma evidente relação entre os anos de escolaridade dos pais e chances de sucesso escolar dos filhos. Pais mais escolarizados tendem a compreender melhor o sistema educacional, fazem escolhas sobre o tipo de abordagem e de professores que propiciam escolaridades consideradas de sucesso para seus filhos e têm melhores condições de responder às expectativas do colégio no acompanhamento dos filhos, de assumir as funções de professor oculto. Há outro fato menos explorado: os filhos tendem a ver a escola influenciados pelo olhar e sentimentos que os pais lhes transmitem de sua própria passagem pelo sistema de ensino.

Por outro lado as mães dizem que a escola não promove ações para esclarecimento e interação dessas famílias na vida escolar de seus filhos. A escola não promove eventos ou articulações que venham a incentivar a participação dos pais na escola.

É importante que a escola faça um trabalho de orientação aos familiares e de toda comunidade, permitindo uma maior participação de todos, o que torna o gestor o maior responsável por influenciar toda comunidade escolar neste sentido de orientação.

Baltazar & Moretti (2003), acreditam que a escola, através de seus professores ou diretores pode alertá-las e orientá-las, na tentativa de repensar sua conduta e agir de forma mais coerente com a realidade da criança.

O que torna o professor responsável por se aproximar da realidade do aluno, sair de sua zona de conforto e ser autor das mudanças que são necessárias para que a escola propicie uma educação de qualidade aos alunos.

Grande parte das mães entrevistadas nunca ouviu falar sobre o PME e sobre seus objetivos e finalidades. A baixa escolaridade das mães e a falta de informações sobre o programa Mais Educação são variáveis que são despercebidas pela gestão da escola, pois a gestora do programa não reconhece a baixa informação e a falta de capital cultural que esses pais possuem sobre educação e ensino, o que dificulta ainda mais a parceria entre escola e famílias, sendo que não são desenvolvidas pela escola articulações que estreitem o vínculo entre os pais e a escola.

Com essa análise não podemos desconsiderar o fato da gestora do PME atribuir a família, pela falta de seu envolvimento, quando os alunos vão mal, ou apresentam problemas em sua aprendizagem. Não obstante, a gestora tem razão quando afirma que a participação da família na vida escolar do filho é muito importante para uma melhor aprendizagem, mas é papel da escola buscar uma prática pedagógica, na qual o aluno possa atribuir significado à seus conteúdos ensinados, “pois são os professores os especialistas em educação” (JARDIM, 2006, p.80). Portanto, culpar a família pelas dificuldades de aprendizagem do aluno, acaba afastando-as ainda mais da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações obtidas com os entrevistados, constata-se que o programa pode ter conseguido diminuir a proporção de crianças ausentes na escola, ou seja, a diminuição da evasão escolar, embora não seja capaz de garantir em sala de aula um bom desempenho escolar, pois o rendimento dos alunos, segundo a maioria das mães e a gestora do programa, continua o mesmo de antes da implementação do PME. Contudo, fica nítida a falta de correlação entre o programa e o desempenho desses alunos.

Com base nas informações relacionadas ao desempenho escolar das crianças e dos jovens beneficiários do programa, obtidas nas entrevistas, evidencia-se que não houve ou que não foi possível perceber mudança positiva na aprendizagem e no rendimento escolar dos alunos participantes do programa em relação às atividades curriculares propostas pela escola.

Considerando as informações obtidas por meio das entrevistas, observou-se que a implantação do programa na escola não conseguiu alterar de forma expressiva o ambiente escolar devido à falta de estrutura física do edifício onde funciona a escola, e que a implementação do programa não mudou a qualidade do ensino na mesma. A explicação para isso está relacionada com a falta de maturidade dos profissionais que atuam no programa e à pouca participação das famílias na educação dos filhos.

Para Dessen (2007), uma das tarefas mais importantes a serem desenvolvidas pela escola, embora difícil de ser implementada, é preparar tanto alunos como professores e pais para viverem e superarem as dificuldades em um mundo de mudanças rápidas e de conflitos interpessoais, contribuindo para o processo de desenvolvimento do indivíduo.

Diante do contexto apresentado surge a necessidade de um acompanhamento, considerando as especificidades de cada local, por parte das instâncias responsáveis, no sentido de adaptar o PME às diversas realidades escolares que existem.

De acordo com Polonia & Dessen (2005) o cenário político passa a exercer uma influência preponderante para a solução das crises, que extrapolam o cotidiano das escolas.

Sabe-se que a implantação e a operacionalização deste Programa ainda é algo recente e ainda há impasses e desafios a serem alcançados no tocante aos planejamentos e à

operacionalização dos macrocampos do saber. A tarefa não é fácil, mas não é impossível, pois ter uma educação de qualidade, com o apoio das famílias e da comunidade, apesar de ainda ser um sonho, pode vir a se tornar realidade, para isso é preciso que os atores envolvidos tomem as atitudes que se fazem necessárias para que a mudança se concretize.

REFERÊNCIAS

BALTAZAR, J. A.; Moretti, L. H. T. As relações familiares, a escola, e sua influência no desenvolvimento infanto-juvenil e na aprendizagem. *Terra e cultura*, ano xx, nº 39. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Brasília, 2007. *Plano de Desenvolvimento da educação: Razões, princípios e programas*.

CAMPOS, Maria M. Malta. A Qualidade da educação em debate. *Est. Aval. Educ.* [online]. 2000, n.22, pp. 05-36. ISSN 0103-6831.

CAVALIERE, Ana Maria: Tempo de escola e Qualidade na Educação Pública. *Educ. Soc.*, Campinas, vol.28, n. 100- Especial, p. 1015-1035, out. 2007

CURY, Carlos Roberto Jamil. In: *Qualidade em Educação. Nuances: estudos sobre Educação*. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 15-31, jan./dez. 2010.

DESSEN, M. A. & Polonia, A. C. (2007). *Família e Escola*, *Paidéia*, 2007, 17(36), 21-32.

DEMO, Pedro. In: *Qualidade da Educação: tentativa de definir conceitos e critérios de avaliação*. *Estudos em avaliação Educacional*, p.11-26, v.2, 1990.

FERNANDES, Reynaldo. Índice de Desenvolvimento da educação básica (Ideb). Série Documental. Textos para Discussão (26). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007, 26 p.

FILHO, Naercio Menezes. In: *Os Determinantes do Desempenho Escolar do Brasil*. IV Seminário de Economia de Belo Horizonte, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=291080>

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Relatório final. SAEB/95. Brasília: MEC/INEP, 1998.

JARDIM, A. P. *Relação entre Família e Escola: Proposta de Ação no Processo Ensino Aprendizagem*. Presidente Prudente: Unoeste, 2006.

KALOUSTIAN, S. M. (org.) Família Brasileira, a Base de Tudo. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 1988.

MARTINS, Heloísa Helena T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e pesquisa. São Paulo, v. 30 n. 2, Maio/Agosto 2004.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação e política no Brasil de hoje/ Lúcia Maria Wanderley Neves/ São Paulo: Cortez, 1994.

PAIXÃO, Lea Pinheiro.: Significado da escolarização para um grupo de catadoras de um lixão. Caderno de Pesquisa. vol.35 no. 124, São Paulo. Jan./Abr. 2005

ROMANELLI, Otazia de Oliveira. História da Educação no Brasil: (1930/ 1973) / Otazia de Oliveira Romanelli/ ; prefacio do Prof. Francisco Iglesias. 38. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SANTANA, Patrícia Maria. O Valor do Afeto na Relação Professor-aluno, 2007, disponível em. Acesso em 07/04/2011.

SANTOS, A; Neto, G. P. A gestão Pedagógica do Programa Mais Educação Um olhar A partir da Experiência da EEEFM Prof.^a T Teodora Bentes. In: Encontro Internacional da Sociedade Brasileira de Educação Comparada. 5,2012, Belém, Pará. p.21

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico crítica: Primeiras aproximações. São Paulo: Autores Associados, 1994.

TORETE, Rossana Maria Cozeto. O diretor da escola como mediador entre a família a escola. Presidente Prudente: Unoeste, 2005.

ANEXOS

ANEXO I - Questionário relativo à entrevista com as Mães.

Perguntas sobre perfil familiar.

1. A senhora, mora aqui há quanto tempo?
2. Gosta do bairro?
3. Quantos filhos têm nessa escola? Desde quando?
4. Tem ou teve filho em outra escola, o q acha dessa e de outra (se houver)?
5. Trabalho (que tipo, quantas pessoas da casa trabalham?). Quando começou a trabalhar? Em que?
6. O pai da criança vive com ela?

Perguntas sobre escolaridade.

1. A Senhora estudou até que ano? Onde?
2. Caso não tenha completado o ensino médio – Por que não foi até o fim?
3. Como era a escola no seu tempo?
4. Gostava da escola?
5. O que não era bom na escola?
6. Pensando na sua escola e na de seu filho hoje, a senhora acha que a escola mudou ou é tudo igual? Mudou em que? O que pensa disso?

Perguntas sobre o Programa Mais Educação.

1. A Senhora conhece o programa Mais Educação? O que sabe sobre ele?
2. Desde quando seu filho está no programa?

3. A Senhora Acha que seu filho passou a ir mais à escola depois que passou a participar do Mais Ed? Por quê?
4. Conte-me como é o dia-a-dia do seu filho na escola, que horas ele entra que horas sai?
5. Ele vai à escola todos os dias da semana ou tem dia diferente? Como é esse dia-a-dia de escola?
6. Antes de seu filho participar do programa, ele ou vocês pensavam em parar com os estudos – pelo menos por um tempo? Caso sim, isso mudou agora? Por quê?
7. A senhora sabe se alguns colegas de seu filho que também participam do programa estão indo mais à escola ou não? Pensava-se em abandonar? Se o programa mudou alguma coisa na vida deles?
8. A senhora acha que depois que seu filho passou a participar do programa ele passou a ter mais facilidade pra aprender na escola, ele tem aprendido mais ou a senhora acha que não há mudança nenhuma? Explique-me um pouco mais sobre isso.
9. A senhora acha que seu filho lê bem? Por quê?
10. Acha que ele escreve bem? Por quê?
11. Que ele é bom de cálculo de matemática? Por quê?
12. A senhora sentiu que com o programa ele melhorou em leitura, escrita, matemática ou não/ explique.
13. A senhora acha que o comportamento de seu filho mudou depois de ele participar do programa ou não? Explique
14. Seu filho (a) comenta sobre o Programa Mais Educação e sobre a escola? O que? Caso não comente; não acha estranho que ele não comente nada? O que a senhora esperava?
15. Eu queria perguntar para que serve a educação? E hoje, a escola está oferecendo isso que a senhora acha que ela deveria oferecer? Explique
16. Qual sua opinião sobre os professores e monitores que atuam na educação do seu filho?
17. Qual a importância da escola?

ANEXO II - Questionário relativo à entrevista com os monitores.

Perguntas sobre o Programa Mais Educação.

1. Há quanto tempo você trabalha no PME? Como foi o primeiro contato com o programa e por que surgiu o interesse de trabalhar no PME?
2. Qual a sua área de atuação no PME? Detalhe um pouco sobre a sua formação profissional e como isso ajuda na atuação das atividades desenvolvidas no programa.
3. O que você sabe sobre o PME no Brasil, na Bahia e aqui, em Feira de Santana? Quais comentários você ouviu sobre o PME? E o que se sabe sobre o PME em Feira de Santana?
4. Ao ser inserido como monitor do PME houve algum tipo de treinamento ou atividade de caráter esclarecedor para atuar junto aos beneficiários do PME? Se sim, detalhe sobre o assunto.
5. Como é a relação existente entre você, as crianças, os jovens e adolescentes participantes do PME? Relate sobre o cotidiano desse jovem e crianças no programa e se houveram melhorias no desenvolvimento dos alunos com as ações feitas pelo PME?
6. Quais suas perspectivas profissionais e pessoais atuais, já que você hoje atua como voluntário em um programa com as características do PME?
7. O que você sugere para que o programa Mais Educação venha a melhorar ainda mais em relação à escola onde atua?

ANEXO III - Questionário relativo à entrevista com gestora do PME.

Perguntas sobre o Programa Mais Educação.

1. O que a senhora pensa sobre o PME no Brasil, na Bahia e aqui, em Feira de Santana? Quais os comentários que ouviu sobre o programa? O que se sabe sobre o PME em Feira de Santana em geral?

2. Pelos comentários e pelo que a senhora pode acompanhar, a senhora acredita que o programa aqui na escola é igual ou diferente às outras em Feira e na região em geral? Explique Essa escola é igual às outras ou existem diferenças em relação às outras? Relate sobre o assunto.
3. O apoio do PME tem contribuído para o tempo de permanência do aluno na escola? Muitos alunos ficam mais na escola por causa dele ou não? Caso positivo, por que acha que o programa tem feito os estudantes ficarem mais na escola (ou por que não tem contribuído para ficarem)?
4. O PME tem contribuído para ampliação do espaço físico-educativo do ambiente escolar? Explique
5. O apoio do PME tem contribuído para a formação de parcerias escola comunidade? Explique e descreva algumas ações.
6. O apoio do PME tem contribuído para melhorar as ações pedagógicas da escola? Explique detalhadamente, dando exemplos.
7. A escola orienta os pais a acompanharem os dados do IDEB? Os pais sabem o que é IDEB? Eles se interessam por isso? Isso é importante? O que fazer se importante, para que eles se interessem?
8. Porque o Ideb dessa escola é tão baixo em relação às medias gerais? Pensando na classificação do IDEB das escolas de Feira de Santana, como a Senhora Avalia a colocação dessa escola? E o que pode comentar sobre isso? Acha que o programa contribuiu realmente para melhorar a classificação do Ideb, ou seja, melhorar o aproveitamento dos estudantes? Se sim, ele é suficiente? Se não, o que mais deveria ser feito?
9. O índice de evasão escolar reduziu com a implantação do PME? Explique como a Senhora acha que reduziu ou por que não reduziu? O que ajudaria a resolver?
10. O índice de reprovação escolar reduziu com a implantação do PME? Explique como a Senhora acha que reduziu ou por que não reduziu? O que ajudaria a resolver?
11. A escola possui dados sobre o aprendizado dos alunos e seu desenvolvimento escolar? Relate.
12. Houve redução da exploração sexual, trabalho infantil e outras formas de violência com a implantação do PME?

13. Quais os pontos negativos e positivos que houveram com a implantação do PME na escola e o que deveria ser melhorado?
14. Qual a influência do PME na qualidade da educação?